



CÂMARA DOS DEPUTADOS.

COMISSÃO DE TRABALHO PROJETO DE LEI 733/2025 (Do Sr. Leur Lomanto Júnior)

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

O §2º do Art.101, caput, passa a vigorar com o seguinte teor:

§ 2º A educação profissional e tecnológica, bem como a certificação profissional dos trabalhadores nos portos, será discutida e pactuada no âmbito do Fórum Permanente de Educação Profissional dos Trabalhadores nos Portos, constituído localmente, regionalmente ou no âmbito de cada complexo portuário, a ser composto, em caráter paritário, por representantes do governo e da sociedade civil, conforme regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Fórum Permanente de Educação Profissional dos Trabalhadores nos Portos visa assegurar um espaço institucional de diálogo e construção coletiva entre o governo e a sociedade civil, promovendo a articulação necessária para atender às demandas específicas do setor portuário. A composição paritária do Fórum reforça o princípio democrático e participativo, permitindo que tanto o poder público quanto os trabalhadores e demais stakeholders do setor colaborem na definição de políticas, qualificações e certificações adequadas.

Ao estabelecer que a educação profissional e tecnológica, bem como a certificação profissional dos trabalhadores portuários, sejam discutidas e pactuadas nesse âmbito, o parágrafo busca alinhar as formações às necessidades regionais e locais, promovendo eficiência, inclusão e adequação às exigências do setor. Além disso, a diversidade na abrangência — local, regional ou por complexo portuário — garante flexibilidade e eficiência no atendimento às particularidades de cada realidade operacional.

Essa medida é essencial para fortalecer o setor portuário, que desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país, oferecendo formação profissional qualificada e adaptada às constantes mudanças tecnológicas e operacionais.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2025

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER
PT RS

